

O FACEBOOK COMO “ESFERA PÚBLICA” DE EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA E DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA EM MOÇAMBIQUE: DESAFIOS E OPORTUNIDADES¹

Edgar Mundulai Armindo Barroso – Universidade Federal de Goiás

RESUMO

A adoção de novos espaços e recursos tecnológicos como o Facebook tem mostrado evidências positivas em Moçambique na geração de conscientização e engajamento político por parte de um número crescente da sua população. Nesse desiderato, é finalidade do estudo analisar como, num contexto político cada vez mais autoritário, onde o exercício da cidadania e os níveis de participação política dos cidadãos têm sido cada vez mais restringidos em esferas públicas formais ou convencionais, algumas organizações da sociedade civil, movimentos sociais e indivíduos têm desenvolvido esforços alternativos de educação cívica e de participação política em Moçambique usando o Facebook. Para analisar o fenômeno, adota-se uma metodologia qualitativa e recorre-se à teoria da ação comunicativa proposta por Jurgen Habermas. Conclui-se que, apesar do relativo sucesso do Facebook, ainda há a necessidade de desenvolver habilidades críticas, comunicativas e de ação social entre os seus usuários para que haja uma participação cívica efetiva e responsável, particularmente diante de desafios como a desinformação, a polarização política e a falta de acesso equitativo a essas plataformas por todos os segmentos da sociedade moçambicana.

PALAVRAS-CHAVE

Facebook; Esfera Pública; Educação para a Cidadania; Participação Política; Moçambique.

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo é uma versão sumarizada e atualizada do resultado da pesquisa empírica levada a cabo pelo autor no âmbito da elaboração da sua dissertação de mestrado, intitulada “A Educação para a Cidadania através das Redes Sociais: Experiências de Organizações da Sociedade Civil Moçambicana”, realizada entre os anos de 2016 e 2017 (Barroso, 2017). Passados cerca de 7 anos desde então, o estudo faz uma atualização temporal (até ao presente) e teórica, esta última circunscrevendo-se exclusivamente ao conceito de esfera pública e à teoria da ação comunicativa de Jurgen Habermas (1987).

Contemporaneamente, muitos autores têm alertado para a decadência da democracia representativa como um sistema político apropriado para o exercício efetivo da cidadania e de participação política no mundo, em geral, e em África e Moçambique, em particular (Diamond, 2015; Mounk, 2018; Mbembe, 2011; Xavier-Zeca, 2018). Nesse desiderato, e tendo em conta a necessidade premente de uma democracia mais representativa nesses contextos, as redes sociais (de onde se destaca o Facebook, para efeitos do presente estudo) emergem como espaços alternativos de educação cívica e de engajamento político (Papacharissi, 2014; Zuckerman, 2014). No entanto, em países como Moçambique a acessibilidade à internet e às redes sociais é limitada (Donner, 2015; Barroso, 2017). Ainda assim, essas plataformas oferecem oportunidades de aprendizagem cívica ou de debate e mobilização política, preenchendo as limitações e as lacunas deixadas por canais deliberativos formais ou convencionais (Singh, 2015; Barroso, 2017).

¹ Trabalho apresentado no GT 3: Redes Sociais e Ativismos Midiáticos da XVIII Conferência Brasileira de Comunicação Cidadã 2024, de 11 a 13 de junho de 2024, na Universidade São Judas (Paulista), São Paulo-SP.

Devido à história política recente de Moçambique, caracterizado por um regime monopartidário desde a sua independência, em 1975, passando pela adoção da democracia multipartidária em 1990 e até ao presente, o debate cívico e a participação política dos cidadãos tem sido limitados, fracos ou restringidos (Hanlon, 1991; Walle, 2001; Manning, 2005; Tsandzana, 2019). Em resposta, indivíduos, movimentos sociais e organizações da sociedade civil moçambicana têm promovido, nos últimos anos, esforços e espaços alternativos de promoção da cidadania e de participação política em Moçambique (Barroso, 2017).

A literatura sistematizada sobre esta temática é ainda incipiente, escassa e generalista. Nesse contexto, é finalidade do estudo contribuir para o avanço na produção teórica em torno do impacto das redes sociais como “esfera pública” de educação para a cidadania e de participação política em Moçambique. Especificamente, o estudo visa analisar como, num contexto político cada vez mais autoritário, onde o exercício da cidadania e os níveis de participação política dos cidadãos têm sido cada vez mais restringidos em esferas públicas formais ou convencionais, algumas organizações da sociedade civil, movimentos sociais e indivíduos têm se apropriado de redes sociais como o Facebook para engajar o seu público-alvo, formar consciência cívica e participar efetivamente na esfera pública moçambicana.

Nesse contexto, a relevância do presente estudo se destaca pela necessidade de compreender como, evolutivamente, as novas tecnologias de informação e de comunicação como o Facebook têm impactado a participação cívica e política dos cidadãos moçambicanos.

2 METODOLOGIA

A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, fundamentada na construção de conhecimento a partir da realidade estudada e na experiência dos seus atores (Silva & Menezes, 2005; Yanow, 2007). Desse modo, a estratégia de investigação envolveu revisão bibliográfica e observação direta da atuação de indivíduos, movimentos sociais e organizações da sociedade civil moçambicana nas redes sociais. Na revisão bibliográfica, foram priorizadas obras que conectam dinâmicas globais com o contexto moçambicano. A coleta de dados incluiu documentos oficiais e publicações científicas, com base em acervos bibliográficos e bases de dados online. Para a interpretação dos dados tomou-se em consideração técnicas qualitativas-interpretativas, através da triangulação da análise documental com a observação direta da atuação dos indivíduos, movimentos sociais e organizações da sociedade civil moçambicana em estudo.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

O quadro teórico em que se baseia o presente estudo inspira-se na teoria da ação comunicativa de Habermas (1987). Segundo a mesma, a evolução social é uma forma de aprendizado societal, e este aprendizado é sedimentado em sistemas sociais que, à medida que se tornam cada vez mais complexos e diferenciados, assumem uma lógica própria e podem não mais estar sujeitos ao controle de agentes sociais individuais ou mesmo coletivos (Fultner, 2014). Nessa senda, o mundo contemporâneo crescentemente globalizado e interligado através de novas tecnologias de comunicação e informação tem passado por uma transformação social e criado novas formas de convivência social, de aprendizagem colectiva e de deliberação política, com características distintas, alternativas ou concomitantes às convencionadas pela modernidade (Hofmann, 2023). As redes sociais como o Facebook, consequentemente, podem ser um exemplo paradigmático dessas lógicas comunicativas, ao se transformarem numa nova esfera pública – entendida por Habermas como um espaço social inclusivo e democrático onde os cidadãos se reúnem para discutir assuntos de interesse público de forma racional e deliberativa, com o objetivo de influenciar as decisões políticas –, de carácter digital mas com manifestações directas no mundo social convencional (Habermas, 1987; Hofmann, 2023).

Por conseguinte, ao se tomar em consideração o Facebook como uma “esfera pública” de educação para a cidadania e participação política em Moçambique, a teoria da ação comunicativa permite considerar como as interações online nessa rede social contribuem para a formação de uma opinião pública informada e para o fortalecimento da sociedade civil. Assim, por meio do compartilhamento

de conteúdo educativo e discussões sobre questões políticas, por exemplo, organizações da sociedade civil, movimentos sociais e indivíduos estão promovendo uma cultura cívica e estimulando o engajamento político dos cidadãos.

Por outro lado, ao enfatizar a importância do diálogo e da comunicação interpessoal para alcançar um consenso racional, no contexto do uso do Facebook em Moçambique a teoria da ação comunicativa pode ser aplicada para analisar como as interações entre os usuários contribuem para a formação, na sociedade moçambicana, de entendimentos compartilhados e para a resolução de conflitos por meio do debate público.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A herança e influência de um sistema político autoritário em Moçambique tem limitado, restringido ou dificultado o exercício pleno da cidadania e participação política em Moçambique. Nesse desiderato, indivíduos, movimentos sociais e organizações da sociedade civil moçambicana têm buscado alternativas para a sua salvaguarda, especialmente dentro de espaços coletivos de aprendizagem, engajamento e deliberação abertos por redes sociais como o Facebook (Barroso, 2017; Tsandzana, 2022).

Com efeito, as redes sociais como o Facebook têm desempenhado um papel significativo na expansão da esfera pública em todo o mundo, Moçambique incluso. Autores destacam seu papel na democratização do conhecimento, na multiplicação de fontes e vozes desafiando os mass media bem como na revitalização da esfera pública, ressaltam sua contribuição para fortalecer a democracia ao oferecer possibilidades expandidas de expressão política e por serem desenvolvidas de forma horizontal, enfatizam as vantagens das redes sociais como recurso educacional, incluindo comunicações de baixo custo e contexto de abundância de informação, destacam seu papel na condução da dimensão social da aprendizagem e na re-energização da educação formal, apontam o seu potencial para reconstruir laços comunitários, promover a participação política e influenciar o processo de tomada de decisões, sublinham sua capacidade de coordenação de ações políticas coletivas e disseminação de informação, e discutem sua influência na comunicação mediada e na mobilização sociopolítica (Boler, 2008; Gergen, 2008; Katz, 2008; Rheingold, 2008; Anderson, 2016; Marques, 2016; Miller et al., 2016; Bakardjieva et al, 2021).

Não obstante, o impacto das redes sociais como agentes de mudança social e política tem sido objeto de visões também críticas. Alguns autores alertam para o risco de exagerar o potencial das novas tecnologias digitais na participação política e social, argumentam que as redes sociais podem ser configuradas para limitar a capacidade de atuação dos usuários, ressaltam a importância de considerar fatores como acesso restrito e segregação social na disseminação dessas tecnologias, questionam o suposto aumento do engajamento político através das tecnologias digitais, apontando para a polarização de perspectivas, a desinformação e o bloqueio de opiniões divergentes, ou examinam como empresas de tecnologia, incluindo o Facebook, coletam e utilizam dados dos usuários para influenciar o comportamento e moldar a esfera pública de acordo com seus interesses comerciais (Gergen, 2008; Charles, 2014; Marques, 2016; Zuboff, 2019).

Na pesquisa empírica realizada pelo autor há 7 anos, existiam em Moçambique cerca de 1,8 milhões de usuários de Internet, o que perfazia quase 6,2% da sua população total. O Facebook, uma rede social lançada em 2004, era a maior rede social e a mais usada em todo o mundo. Paralelamente, até 2015, o Facebook era também a rede social mais usada em Moçambique, com cerca de 1,4 milhões de usuários ativos, o que representava cerca de 5% de toda a população moçambicana, estimada pelo Instituto Nacional de Estatística, em 2017, em cerca de 27 milhões de habitantes (Barroso, 2017). Atualmente, para uma população total de quase 32,7 milhões de habitantes, Moçambique tem mais de 6,5 milhões de usuários de Internet – 19,9% da população total – e cerca de 2,9 milhões de usuários de Facebook – uma taxa de penetração de 9% de toda a sua população.² Portanto, apesar de ter ainda uma das taxas de penetração mais baixas do mundo, no espaço de 7 anos tanto o número de cidadãos moçambicanos com acesso à Internet triplicou, como os usuários de Facebook

² Vide <https://www.internetworldstats.com/africa.htm#mz>, acessado a 14 de Maio de 2024.

e a sua taxa de penetração na população total duplicaram. Apesar de serem ainda números relativamente inexpressivos, não deixam de ser significativos nos esforços de inclusão digital em curso no país. Pode-se, por conseguinte, se assumir que Moçambique tem acompanhado as tendências globais de uso da internet e de redes sociais como o Facebook, que tendem a crescer também em todo o mundo.

Ainda no estudo realizado pelo autor há 7 anos, identificaram-se cinco organizações da sociedade civil – o Centro de Integridade Pública (de monitoria da governação, transparência e probidade pública), a Cooperativa de Educação Ambiental Ntumbuluku (hoje denominada Cooperativa de Educação Ambiental Repensar, especializada em questões relacionadas com a justiça ambiental e mudanças climáticas), a Associação LAMBDA (de advocacia dos direitos das minorias sexuais), a Associação Parlamento Juvenil (em prol dos interesses da juventude moçambicana) e a Associação Coordenação para a Mulher no Desenvolvimento - Fórum Mulher (plataforma aglutinadora das associações feministas em Moçambique). Das entrevistas semiestruturadas aos membros de cada uma destas organizações, concluiu-se que todas reconheciam a importância das redes sociais na promoção da cidadania, especialmente o Facebook. Da observação *in loco* feita, aferiu-se que todas utilizavam o Facebook para informação, debates, advocacia e interação com o seu público-alvo, predominantemente jovem e urbano. Paralelamente, destacava-se o papel dessas organizações como atores sociais alternativos, proporcionando informação independente sobre as suas missões estatutárias e promovendo a cidadania ativa do seu público-alvo. Todas essas organizações mantêm até hoje as suas páginas no Facebook, estas ainda funcionam como espaços de aprendizagem, deliberação e engajamento para ação coletiva – na senda da teoria de ação comunicativa e do conceito de esfera pública de Habermas – e o número dos seus usuários cresceu significativamente.³ Portanto, como se pode depreender, apesar das preocupações prementes com relação ao acesso desigual ou limitado, à prevalência disruptiva da polarização, da desinformação e da discricionariedade dos algoritmos e à necessidade de desenvolvimento de competências em termos de literacia digital, o Facebook ainda funciona como ferramentas de promoção da cidadania e de participação sociopolítica em Moçambique.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É uma das principais constatações do estudo que o uso do Facebook é, crescentemente, uma “esfera pública” de educação para a cidadania e de participação política em Moçambique. Embora o número de usuários não seja ainda suficientemente representativo, esta rede social tem funcionado como um espaço de expansão democrática em significativo crescimento e consolidação no país. Não obstante, é fundamental investir ainda mais na capacitação dos usuários destas redes, para desenvolver habilidades críticas na avaliação de informações e na comunicação responsável. Evidentemente, as organizações da sociedade civil tem uma quota de responsabilidade nesse desiderato, através de programas de educação cívica nos diferentes domínios das suas pautas estatutárias e sem perder de vista a alfabetização digital e o pensamento crítico sobre os conteúdos disseminados nas suas redes. Aliada à promoção de uma cultura de participação cívica ativa e responsável, é necessário implementar estratégias para combater a desinformação e incentivar o diálogo construtivo que respeite diferentes perspectivas políticas para mitigar a polarização política entre os usuários do Facebook no país. Não menos importante, para que o Facebook e outras redes sociais possam desempenhar um papel eficaz na promoção da cidadania e participação política em Moçambique, é essencial que se garanta o acesso equitativo à plataformas por todos os segmentos

³ Até 8 de Junho de 2017, ao nível do Facebook, a página do Centro de Integridade Pública tinha 15.271 seguidores, a da Cooperativa Cooperativa de Educação Ambiental Ntumbuluku tinha 1.661 seguidores, a da Associação LAMBDA tinha 97.397 seguidores, a da Associação Parlamento Juvenil tinha 27.328 seguidores, e a da Associação Coordenação para a Mulher no Desenvolvimento - Fórum Mulher tinha 2.583 seguidores (Barroso, 2017). Atualmente, até ao dia 14 de Maio de 2024 e ao nível do Facebook, a página do Centro de Integridade Pública tem mais de 67 mil seguidores, a da Cooperativa Cooperativa de Educação Ambiental Repensar tem mais de 12 mil seguidores, a da Associação LAMBDA tem mais de 114 mil seguidores, a da Associação Parlamento Juvenil tem mais de 64 mil seguidores, e a da Associação Coordenação para a Mulher no Desenvolvimento - Fórum Mulher tem mais de 6 mil seguidores.

da sociedade moçambicana, através de maiores investimentos em infraestrutura de internet e programas de inclusão digital para comunidades marginalizadas ou com acesso limitado à tecnologia.

Referências

ANDERSON, Terry. Theories for Learning with Emerging Technologies. In VELETSIANOS, George (Org.). **Emerging Technologies in Distance Education**. Edmonton: Athabasca University Press, 2016, p. 35-50.

BARROSO, Edgar. **A Educação para a Cidadania através das Redes Sociais**: Experiências de Organizações da Sociedade Civil Moçambicana. Jul/2017. Dissertação. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto, 2017.

BAKARDJIEVA, Maria *et al.* (2021). **Digital Media and the Dynamics of Civil Society: Retooling Citizenship in New EU Democracies**. London: Rowman & Littlefield.

BOLER, Megan. **Digital Media and Democracy: Tactics in hard times**. Cambridge: The MIT Press, 2008.

CHARLES, Alec. **Interactivity 2: New Media, Politics and Society**. (second edition). Oxford: Peter Lang AG, 2014.

DIAMOND, Larry. Facing Up to the Democratic Recession. **Journal of Democracy**, vol. 26, no. 1, Jan. 2015, p. 141-55.

DONNER, Jonathan. **After Access: Inclusion, Development, and a More Mobile Internet**. MA: The MIT Press, 2015.

FULTNER, Barbara (Ed.). **Jürgen Habermas: Key Concepts**. New York: Routledge, 2014.

GERGEN, Kenneth. Mobile Communication and the Transformation of the Democratic Process. In KATZ, James; CASTELLS, Manuel (Eds.). **Handbook of Mobile Communication Studies**. Cambridge: The MIT Press, 2008, p. 297-309.

HABERMAS, Jurgen. **The Theory of Communicative Action**. Volume 2. Cambridge: Polity Press, 1987.

HOFMANN, Michael. **Reading Habermas: Structural Transformation of the Public Sphere**. Lanham: Lexington Books, 2023.

HANLON, Joseph. **Who Calls the Shots?**. London: J. Currey, 1991.

KATZ, James. Mainstreamed Mobiles in Daily Life: Perspectives and Prospects. In KATZ, James; CASTELLS, Manuel (Eds.). **Handbook of Mobile Communication Studies**. Cambridge: The MIT Press, 2008, p. 433-445.

MANNING, Carrie. Assessing African Party Systems after the Third Wave. **Party Politics** 11(6), p. 707-727, 2005.

MARQUES, Francisco. **Ciberpolítica: conceitos e experiências**. Salvador: EDUFBA, 2016.

MBEMBE, Achille. Democracy as a Community of Life. **The Johannesburg Salon**, 4, 2011.

MILLER, David *et al.* **How the World Changed Social Media**. London: UCL Press, 2016.

MOUNK, Yascha. People vs. Democracy: Why our Freedom is in Danger and How to Save It. London: Harvard University Press. 2018.

PAPACHARISSI, Zizi. Affective Publics: Sentiment, Technology, and Politics. **Oxford Studies in Digital Politics**, 2024.

RHEINGOLD, Howard. Mobile Media and Political Collective Action. In KATZ, James; CASTELLS, Manuel (Eds.). **Handbook of Mobile Communication Studies**. Cambridge: The MIT Press, 2008, p. 225-239.

SILVA, Edna & MENEZES, Ester. **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação**. (4a ed.). Florianópolis: UFSC, 2005.

SINGH, Madhu. **Global Perspectives on Recognising Non-formal and Informal Learning: Why recognition matters**. Hamburg: Springer Open, 2015.

TSANDZANA, Dércio. The Political participation of youth in Mozambique's 2019 general elections. **Journal of African Elections**, vol. 21, n.1, 2022.

XAVIER-ZECA, Kátia Sara Henriques. Democracia representativa em África: desafios das instituições democráticas em Moçambique no séc. XXI (2002-2015). **Revista de ciências sociais**, Araraquara, n. 25, p. 181-208, 2018.

WALLE, Nicholas. The Impact of Multi-Party Politics in Sub-Saharan Africa. **Forum for Development Studies**, n. 1, 2001.

YANOW, Dvora. Qualitative-Interpretive Methods in Policy Research. In FISCHER, Frank;

MILLER, Gerald; SIDNEY, Mara. **Handbook of Public Policy Analysis**: Theory, Politics, and Methods. Boca Raton: CRC Press, 2007, p. 405-415.

ZUBOFF, Shoshana. **The Age of Surveillance Capitalism**: The Fight for a Human Future at the New Frontier of Power. New York: PublicAffairs, 2019.

ZUCKERMAN, Ethan. New Media, New Civics?. **Policy & Internet**, vol.6, n.2, p. 151-168, 2014.